



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000799-43.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Leonardo José de Souza e outro**
 Requerido: **Município da Cidade de São Carlos e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Leonardo José de Souza e Rebeca Afonso de Souza movem *ação indenizatória por danos morais* contra Município de São Carlos, Estado de São Paulo e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, pedindo a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes do falecimento de *Rosimeire Afonso de Souza*, esposa do autor e mãe da autora, sustentando que o óbito guarda nexo de causalidade com a falha na prestação dos serviços de saúde, no Hospital de Américo Brasiliense - estadual, no Hospital Escola e na UPA de Vila Prado – municipais, e na Santa Casa local, relacionadas e decorrentes de problemas originados de cirurgia de histerectomia a que submetida, em 08.03.2012, no hospital estadual referido.

Contestação da Santa Casa, fls. 166/183, alegando a ausência de falha na prestação do serviço de saúde, por parte da entidade, desde quando a paciente chegou ao hospital, até o óbito.

Contestação do Município, fls. 250/268, aduzindo adequado atendimento médico por parte dos prestadores de saúde da municipalidade.

Contestação do Estado, fls. 279/311, sustentando a ausência de qualquer falha na prestação dos serviços no que diz respeito ao hospital de Américo Brasiliense.

Réplicas da autora, fls. 435/438, 440/443, 445/450.

O processo foi saneado determinando-se a produção de prova pericial (fls. 457).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Laudo pericial às fls. 487/494.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Trata-se de causa em que o julgamento depende da avaliação de questão técnica, ligada aos serviços de saúde, indispensável para aferir se houve ou não a falha na sua prestação, por parte dos réus, nos atendimentos efetuados à esposa/mãe dos autores.

A prova pericial ganha, portanto, especial envergadura e importância.

Foi realizada, para tanto, perícia indireta com o propósito de apurar a ocorrência de alguma falha nos atendimentos dispensados à vítima.

Segundo verificado pelo expert, fls. 487/494, após a cirurgia de histerectomia vaginal, realizada em 08.03.2012, a paciente teve boa evolução e recebeu alta hospitalar em 09.03.2012.

Todavia, apresentou dias depois infecção urinária, motivo pelo qual foi internada para tratamento em 17.03.2012, realizando-se exame a partir do qual constatou-se abscesso, que foi drenado.

A evolução posterior foi positiva, recebendo nova alta hospitalar em 26.03.2012.

O retorno deu-se em 03.04.2012, ocasião em que a paciente estava bem, sem queixas, satisfeita, conforme fls. 61, vindo até a retornar ao trabalho.

Todavia, em 13.05.2012 (mais de dois meses após a cirurgia e após a total recuperação do pós-operatório) a paciente retornou ao hospital de Américo Brasiliense, com queixas diversas, recebendo medicação e, após período de observação, sendo dispensada.

No dia seguinte, 14.05.2012, procurou o pronto atendimento, com queixas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

diversas. Realizado exame, este não indicou anormalidades. Foi medicada com remédios para tratar os sintomas e orientada a retornar ao hospital de Américo Brasiliense.

Nesses atendimentos, não apresentava febre.

Todavia, no dia seguinte, 15.05.2012, foi encaminhada à Santa Casa, sendo em dado momento diagnosticada com pielonefrite, infecção que acomete o rim e é potencialmente perigosa.

O quadro era muito grave e evoluiu para o óbito na mesma data.

Considerado o encadeamento dos fatos, o perito judicial, examinando as provas colhidas, constatou que não houve, por parte dos réus, falha no atendimento de saúde.

O quadro de sintomas da autora, nos atendimentos efetuados antes do dia 15.05.2012, não possibilitava o diagnóstico de pielonefrite – principalmente porque eram sintomas difusos e vagos, com destaque para a ausência de febre.

Como observou no laudo:

"Por ser oportuno, é importante destacar, que em geral as moléstias se iniciam por sintomas vagos e imprecisos, variáveis de um caso para outro e também no tempo de duração: este período constitui a fase prodômica. A esta fase instala-se o quadro clínico, que é a fase de estágio. Em certos casos, porém a sintomatologia se instala bruscamente, passando o indivíduo do estado de saúde aparente a um estado grave. A evolução das moléstias é variável não só em relação aos tipos, como também em cada caso particular e refere-se à duração, propagação e êxito.

(...) E foi o que ocorreu com a periciada vítima ao apresentar sintomas de vômito, diarreia, abdômen doloroso difusamente e ausência de febre.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A febre constitui a reação dos mecanismos defensivos do organismo ao agente mórbido. Nos casos de moléstias infecciosas onde ela é esperada e não ocorre, são sempre fatais. (...).

Vemos, portanto que a periciada em fase prodômica de infecção do trato urinário (rim) foi atendida e apresentava sintomas vagos ou comuns como náuseas, vômitos e diarreia.

Não havia conforme os dados do prontuário médico motivo para ser internada em 13/05/2012, tanto que no dia 14/05/2012 fls. 94 em outro serviço médico com outro profissional a medicação inicial foi a mesma (sintomáticos). O quadro se modificou a noite fls. 93, onde com maior definição pode ser feita a hipótese diagnóstica de septicemia.

Conforme documentos médicos comprobatórios que estão nos autos enviados a periciada recebeu assistência médica conforme a prática usual, sem nexos para má prática médica. O tempo que transcorreu para o diagnóstico decorre da própria evolução das moléstias.

Não se pode exigir maior expectativa clínica onde a medicina não tem como definir o diagnóstico em fase latente (morna). É assim que acontece na fisiopatologia (história natural das doenças).

A periciada vítima não fez febre. A periciada vítima tinha uma falência dos seus mecanismos defensivos por isso a infecção do trato urinário alto (rim) se tornou grave, passou do período de latência (prodômico) para o estado grave e teve a morte como modo de terminação. A periciada vítima não tinha mais a oferecer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em resposta ao tratamento com antibiótico tanto que seguiu a evolução esperada para estes casos. (...) " (fls. 491/492)

Como conclusão, constatou o perito (a) a cirurgia de histerectomia era necessária porque a vítima não estava respondendo ao tratamento não-cirúrgico (b) a cirurgia foi corretamente executada e a sua evolução foi positiva – cirurgia em 08.03, sendo que em 03.04, quase um mês depois, a vítima estava bem (c) posteriormente a vítima apresentou um quadro de pielonefrite que ocasionou o falecimento, porém não houve erro médico por não ter sido diagnosticada antes essa doença, tendo em vista os sintomas clínicos apresentados antes de 15.05 e resultados dos exames que haviam sido pedidos.

Destaca-se ainda, por fim, que na dialética processual: instadas as partes a se manifestarem sobre a prova pericial (fls. 495), os autores, prejudicados pelo laudo desfavorável, silenciaram a respeito, o que fortalece a perícia e seus fundamentos; instadas as partes a dizerem se insistem na prova testemunhal (fls. 502), os autores novamente silenciaram. A prova conclusiva é a pericial, e não foi infirmada por outras.

Por tais razões, julgo improcedente a ação, condenando os autores nas custas e despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 15% sobre o valor atualizado da causa, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 01 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**